

IX ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Agenda Governamental de Estado:
refletindo proposições para o Brasil

05, 06 e 07 de Outubro de 2022

Realização:

SBAP
Sociedade Brasileira de Administração Pública

 Saiba mais em: sbap.org.br

Localização:

 **FGV EAESP**

Fundação Getúlio Vargas (FGV- EAESP) São Paulo - SP

EDITAL 01/2022 IX Encontro Brasileiro de Administração Pública (IX EBAP)

Entre os dias 05 e 07 de outubro de 2022 será realizado o IX Encontro Brasileiro de Administração Pública, na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – FGV, em São Paulo-SP (FGV/EAESP). Toda a comunidade profissional e acadêmica da área de Administração Pública está convidada a participar do IX EBAP, que neste ano ocorrerá em modo **semipresencial**, logo o participante poderá se inscrever em um dos dois tipos de modalidades: **participação presencial ou participação virtual**.

O Comitê Organizador do IX EBAP se resguarda no direito de reformular as diretrizes estabelecidas neste edital para o bem do cumprimento legal das medidas sanitárias implementadas no Brasil devido à pandemia causada pela Covid-19.

Tema:

Agenda Governamental de Estado: refletindo proposições para o Brasil

A pandemia provocada pela Covid-19 afetou todos os eixos fundamentais da Administração Pública no Brasil e no mundo, e isso dificultará a definição de uma agenda de governo, pois vários problemas públicos antes periféricos passaram a se tornar centrais. Logo, a crise sanitária expôs fragilidades ambientais, sociais, econômicas e políticas que, em geral, são fundamentais para a Administração Pública. Portanto, quais problemas devem ser priorizados nesse momento pós-crise? quais as possíveis soluções para os diferentes problemas públicos?

Some-se ainda, a importância da formação de alianças políticas diante de uma multiplicidade de partidos políticos no Brasil. O desafio dos grupos políticos é aliar diferentes interesses em torno de um objetivo comum, superar a crise sanitária, retomar o desenvolvimento em suas dimensões social, ambiental e econômica. Portanto, como as negociações políticas estabelecerão alianças rumo à formação de uma agenda de governo?

E nesse mesmo diapasão, a sociedade civil, principal beneficiada – ou prejudicada – pela agenda de governo, também exerce seu poder de pressão por meio de instâncias de participação. Nesses locais, a sociedade estabelecerá suas prioridades, sobretudo, as mais sensíveis ao seu cotidiano, que, atualmente, perpassam carências na saúde pública e dilemas econômicos como desemprego e redução do poder de compra, mas também demandas sociais, ambientais, culturais e outras. Considerando esse contexto, o IX EBAP buscará no conjunto de suas discussões apontar aspectos que auxiliem a pesquisadores, estudiosos, técnicos e praticantes (*practitioners*) a construir uma agenda de Estado, especialmente para o Brasil. O evento será realizado nos dias 05 a 07 de outubro de 2022, na cidade de São Paulo, na Escola de Administração e Economia da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV) em modalidade semipresencial.

Na programação do evento terão conferências, mesas redondas, grupos de trabalho. E nesta edição, serão ofertadas oficinas para o treinamento de ferramentas utilizadas na prática da Administração Pública.

Assim, esta chamada apresenta os requisitos para a admissão de novos Grupos de Trabalho, aponta os já existentes e oferece o cronograma dos prazos do evento, bem como as diretrizes básicas para submissão. A saber:

1. NOVOS GRUPOS DE TRABALHO (GTs)

1.1 Os Grupos de Trabalho constituem espaços para apresentação e debate de trabalhos em forma de artigos e relatos técnicos, com temas específicos relacionados aos temas que perpassam o universo da Administração Pública.

1.2 Para o IX EBAP 2022, as propostas deverão seguir as diretrizes:

- a) Deverão ser compostas por três líderes, sendo que, pelo menos dois deles, com titulação de doutorado e devendo ser apresentada uma breve ementa com objetivos e escopo dos artigos que o GT poderá aprovar.
- b) Recomenda-se que as propostas que apresentem diversidade institucional (acadêmico e práticos), de gênero e étnico racial na composição dos líderes.
- c) As propostas de GTs deverão especificar as temáticas, abordagens teórico-metodológicas, debates prioritários e questões específicas a serem debatidas, evitando-se descrições amplas e generalistas.
- d) Dentre os critérios para análise, o Comitê Científico observará:
 - i) a relação entre a proposta e o tema do IX EBAP;
 - ii) a relevância da proposta para a Administração Pública;
 - iii) a clareza dos objetivos e ementa;
 - iv) o grau de aderência entre o currículo dos proponentes e a proposta apresentada.
- e) Em caso de submissões de propostas similares entre si, o Comitê Científico observará o item: "iv) o grau de aderência entre o currículo dos proponentes e a proposta apresentada.", como critério de decisão para o aceite de uma das propostas.
- f) **Não serão aceitas propostas similares aos GTs descritos na seção 2 deste Edital.** Portanto, RECOMENDA-SE a leitura ATENTA da **seção 2** para evitar exclusão da proposta.

1.3 Envio de propostas para GTs:

- a) As propostas para novos GTs devem ser cadastradas no site <https://sbap.org.br/ebap2022> entre 11/04/2022 e 20/04/2022, contendo:
 - i) Título do Grupo de Trabalho (máximo 200 caracteres com espaço) em português e inglês;
 - ii) CPF, e-mail e nº de celular dos líderes, conforme solicitação do cadastro;
 - iii) Link para o currículo lattes dos proponentes;
 - iv) Resumo, entre 300 e 1000 caracteres (com espaço), com breve descrição do seu objetivo (em português e inglês);
 - v) Palavras-chave: de 03 a 05 palavras-chave (português e inglês).
- b) Caberá ao Comitê Executivo do IX EBAP avaliar e aprovar os novos Grupos de Trabalho (GTs) que comporão a programação do evento.
- c) O prazo limite para divulgação dos novos GTs aprovados é 22/04/2022.

2 GRUPOS DE TRABALHO

2.1 Os Grupos de Trabalhos (GTs) são espaços para a apresentação de trabalhos aprovados no IX EBAP.

2.2 Cada sessão de apresentações terá, no máximo, 05 apresentações de artigos/relatos.

2.3 Cada sessão de apresentações contará com, pelo menos, 01 coordenador e 01 debatedor.

- a) Caberá ao **coordenador**, prioritariamente: coordenar a ordem de apresentações; confirmar nome e presença dos apresentadores; controlar tempo de fala dos participantes; e cumprir o tempo de cada sessão.
- b) Caberá ao **debatedor**, prioritariamente: analisar o conteúdo dos trabalhos apresentados; destacar

pontos relevantes do texto; sugerir melhorias e fazer questionamentos aos(as) autores(as).

2.4 Estabelecem-se os seguintes Grupos de Trabalho no IX EBAP:

GT 1 Transparência, Accountability e Participação

Marco Antônio Carvalho Teixeira (EAESP-FGV)

Josiel Valadares (UFV)

Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)

Karina Furtado Rodrigues (EBAPE/FGV)

Aborda as instituições participativas formais e informais de governança democrática e os mecanismos de controle social e transparência. O GT se propõe a construir um debate com artigos que discorram sobre os mecanismos e instâncias de participação social enquanto mecanismo de controle, para tanto, são bem-vindas pesquisas sobre comitês de participação social, conselhos municipais, bases da sociedade civil organizada e outros. Além disso, anseia-se por trabalhos que demonstrem as experiências de transparência na gestão pública que funcionem como modos de acompanhamento da máquina pública e fortaleçam os mecanismos de controle por parte da sociedade.

GT 2 Análise de Políticas Públicas

Eduardo José Grin (EAESP-FGV)

Pedro Cavalcante (IDP)

Michelle Fernandez (UnB)

O Grupo de Trabalho discute temas, teorias e modelos de políticas públicas com objetivo de fomentar e expandir o diálogo acadêmico aplicado, com abordagens diversificadas, tanto teóricas quanto metodológicas, acerca da temática. O GT está aberto a modelos analíticos e normativos de políticas públicas aplicados aos estudos sobre: agenda-setting, processo decisório, formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas e de programas governamentais. Além disso, buscamos usar novas abordagens em gestão de políticas públicas: análise de redes, intersetorialidade, difusão, políticas públicas informada por evidências, dentre outras.

GT 3 Gestão de Organizações Públicas

Maria Isabel Araújo Rodrigues (FJP)

Bernardo Abreu de Medeiros (UFRJ)

Patrícia Alvarez

Aborda estudos que envolvam as funções organizacionais e os processos do ciclo administrativo: planejamento estratégico, organização, direção, execução e controle no âmbito intraorganizacional. Nesse sentido, são bem-vindos artigos sobre a estrutura organizacional e análises da gestão por processos em organizações públicas. Em soma, faz parte do escopo desse GT, discutir aspectos de estilos de gestão e ferramentas de apoio à tomada de decisão com foco na máxima eficiência da gestão pública.

GT 4 Governança, Governo Eletrônico e Transformação Digital

Jones Nogueira Barros (UNAMA)

Olívia Bertolini Monteiro (Unisinos)

Josevana de Lucena Rodrigues (UFRR)

Carmen Pineda Nebot (GIGAPP)

Propõe-se receber trabalhos para conhecer as experiências de governança enquanto modo eficiente do uso de recursos públicos, os quais reforcem a responsabilidade dos agentes e estimulem a qualidade dos serviços prestados aos *stakeholders*. Nesse eixo, são bem-vindos artigos sobre *accountability*, equidade, *compliance* e transparência. Em soma, o GT se propõe dialogar sobre as transformações digitais ocorridas no setor público, notadamente, a partir da inserção de tecnologias de informação e comunicação (TICS) ao que vem se consolidando como "governo eletrônico".

GT 5 Governança, Riscos e Integridade das Organizações e Contratações do Setor Público

Prof. Dr. António João Maia. Universidade de Lisboa (ULisboa)
Prof. Dr. Clóvis Alberto Vieira de Melo. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
Prof. Dr. Ernani Rodrigues de Carvalho Neto (UFPE)
Prof. Dr. Francesco Longo. Università Commerciale Luigi Bocconi (Bocconi)
Prof. Dr. James Batista Vieira. Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Prof. Dr. Fernando Gentil de Souza (LabGRC)

O GT discute artigos e relatos técnicos que tratam dos mecanismos de governança das organizações e contratações públicas. O grupo tem caráter multidisciplinar e admite abordagens da Administração, do Direito, da Economia e da Ciência Política. O GT está aberto a debates sobre as práticas de governança corporativa que visam gerar valor, promover a transparência, a accountability e a integridade. São objeto de análise: os programas de gestão de riscos, os programas de integridade, a ética e a integridade na gestão pública, os sistemas de auditoria e controle, além de outras práticas de governança corporativa, marcos legais (nacionais e internacionais) e experiências locais, nacionais e internacionais. Abarca análises sobre o Decreto da Governança Pública (Decreto nº 9.203/17), a Lei das Estatais (Lei nº 13.303/16), a Lei da Eficiência Pública (nº 14.129/21), a nova Lei das Licitações (Lei nº 14.133/21) e marcos normativos, como as recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção de Portugal.

GT 6 Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional no setor Público

Sandro Trescastro Bergue (ESGC/TCERS)
Francisco Antonio Coelho Junior (UnB)
Geraldino Carneiro de Araújo (UFMS)
Lana Montezano (IDP)

O objetivo deste GTs é criar um ambiente de debate sobre a gestão de pessoas na Administração Pública. São temas de interesse: atuação das lideranças, significado atribuído ao trabalho, engajamento, resiliência, comportamento organizacional positivo, gestão do desempenho, gestão por competências, ações inovadoras em gestão de pessoas, cultura organizacional, dimensionamento da força de trabalho, desenho do trabalho, impactos do teletrabalho, qualidade de vida, saúde mental, intenção de rotatividade, produtividade, absenteísmo e outros temas afins.

GT 7 Inovação e Empreendedorismo na Gestão Pública

Antônio Vagner Almeida Olavo (UFAM)
Daniela Meirelles Andrade (UFLA)
Magnus Luiz Emmendoerfer (UFV)

Este grupo busca disseminar e debater trabalhos no campo da Inovação e Empreendedorismo a partir dos seguintes descritores. Inovação: Laboratórios de Inovação no Setor Público, Inovações na Administração Pública (como órgãos, autarquias e fundações públicas), Inovações em empresas estatais e sua relação com desempenho (na dimensão financeira e em outras dimensões de interesse público), Participação da administração pública em sistemas/ecossistemas locais, regionais e nacionais de inovação, Cultura e aspectos comportamentais da inovação e do empreendedorismo em organizações públicas. Empreendedorismo: Empreendedorismo Público, Ações Empreendedoras Públicas, Processo empreendedor público, Contexto e Oportunidade no setor público. Empreendedor Político, Empreendedor Institucional no Setor Público, Empreendedor de Políticas Públicas, Intraempreendedorismo em Organizações Públicas. Inovação e Empreendedorismo: Práticas de Gestão de Pessoas Empreendedoras e/ou Ambientes de Inovação, Gestão e Políticas Públicas de Inovação, Empreendedorismo e de Micro e Pequenas Empresas, Incentivos, Barreiras e Impactos da Inovação e do Empreendedorismo no Setor Público.

GT 8 Marketing na Administração Pública: diagnósticos e análises críticas

Gilmar José dos Santos (UFJF)
Aline Regina Santos (UDESC)
Ângela Carrato (UFMG)

O grupo temático contempla estudos que busquem evidenciar o mix de marketing no setor público, na política e nas eleições. O Marketing é um importante campo de conhecimento que também possui um conjunto de ferramentas para o desenvolvimento econômico e social. Enquanto campo de conhecimento fortalece tanto no campo de teórico quanto na prática das organizações. Objetos de estudo que resgatem

reflexões sobre as técnicas, tecnologias de comunicação, mídias; custos, investimentos, estratégias, a construção da imagem, o comportamento eleitoral entre outras questões que tangenciam ao Marketing entre atores e no setor público, político e eleitoral.

GT 9 Contabilidade, Finanças e Orçamento no Setor Público

Ana Rita Silva Sacramento (EAUFBA)

Giovani Pacelli Lustosa da Costa

Fabiano Raupp (UDESC)

Aborda questões teóricas e aplicadas relacionadas à Contabilidade, Finanças e Orçamento no Setor Público com o objetivo de fomentar e expandir o diálogo acadêmico aplicado de abordagens diversificadas, tanto teóricas quanto metodológicas em temas relacionados: ao financiamento da atividade estatal e a aplicação desses recursos pelo Estado (despesa/investimentos); ao processo de planejamento e execução orçamentária, estudo comparados de modelos orçamentários e controles; a questões e temas relativos aos modelos e práticas contábeis adotadas no Brasil e no mundo e sua relevância para os regimes democráticos; ao impacto de programas de modernização tributária/administrativa na gestão pública; e, as instituições de controles democráticos sobre a administração pública, seja no Brasil ou em perspectiva comparada.

GT 10 Controle social e combate à Corrupção na Administração Pública

Suylan Midlej (PPGA/UnB)

Graziela Dias Oliveira (Ipol/UnB)

João Mendes da Rocha Neto (MPA/PPGA)

O debate sobre a corrupção no Brasil perpassa toda a sua história, desde a sua formação até a atualidade. Nos últimos anos, com o crescimento do número de escândalos que ganham notoriedade midiática e impactam os resultados eleitorais e políticos, o tema da corrupção se tornou recorrente na agenda política, refletindo-se nos diversos contextos institucionais. De outro lado, instituições de controle do Estado se fortalecem e buscam combater a corrupção, fiscalizando, investigando e até mesmo exercendo o poder de sanção sobre os agentes públicos que agem contra o interesse público. A sociedade civil tem se organizado para o exercício do controle social, o que pode possibilitar a diminuição ou mesmo a prevenção da corrupção. Este GT pretende apresentar e discutir pesquisas e ações que versem sobre a participação e o controle social no combate à corrupção na administração pública brasileira, bem como as mudanças e inovações nascidas de medidas implementadas com este fim.

GT 11 Federalismo e Relações Intergovernamentais

Antônio Sergio Araújo Fernandes (UFBA)

Pedro Lucas de Moura Palotti (IDP)

Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo (IDP)

Dedica-se à discussão dos desafios impostos aos gestores públicos ante à multiplicidade de atores e instituições que compõem o sistema federativo brasileiro. Embora existam esforços significativos de coordenação entre os entes da federação, muitas áreas finalísticas sofrem com problemas de sobreposição ou indeterminação de competências e de disputas no campo das ideias e de natureza político-partidária. Essa complexidade de fatores políticos e jurídicos, além das diferenças socioeconômicas regionais, criam distorções nos processos de formulação e implementação de políticas públicas, que, frequentemente, produzem resultados aquém do esperado pela sociedade. Este GT estimula a submissão de trabalhos que enfrentam essas e outras questões ligadas ao tema amplo "Federalismo", com especial interesse nos desafios impostos à regulação estatal, em particular no âmbito da gestão e coordenação de políticas sociais interfederativas.

GT 12 Gestão social, poder local e desenvolvimento territorial

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio (PUC Minas)

Vânia Aparecida Rezende (UFSJ)

Mário Vasconcellos Sobrinho (UFMA/UFPA)

A partir de uma perspectiva dialógica, objetiva-se explorar estudos que abordem as: concepções teóricas

e metodológicas sobre a gestão social e o desenvolvimento territorial sustentável. Para tanto, espera-se receber artigos que contemplem as políticas, programas e projetos de atores estatais e não estatais e suas implicações para povos tradicionais e populações locais, sobretudo vulneráveis, estigmatizadas, excluídas e subalternizadas. Das abordagens: i) Gestão Social, na análise de políticas, programas, projetos e ações públicas para o desenvolvimento territorial e conservação ambiental; ii) Poder: Local, Território, Desenvolvimento Local, Sustentabilidade, Pós- Desenvolvimento e Bem Viver. Serão aceitos artigos de diferentes matrizes teóricas, abordagens: metodológicas e recortes territoriais (municípios, cidades, unidades de conservação, áreas protegidas, bacias hidrográficas, dentre outras).

GT 13 Relações Raciais e Interseccionalidade na Administração Pública

Ana Cláudia Farranha Santana (UnB)

Wanderson Maia Nascimento (IDP)

A noção de interseccionalidade tem sido difundida nos estudos acadêmicos para sublinhar a importância da utilização das categorias de gênero, raça, etnia, classe, geração e sexualidades nas análises sobre a desigualdade. A interseccionalidade caracteriza situações de desigualdade estrutural fundadas nos marcadores sociais da diferença. O conceito, tal como definido por Kimberlé Crenshaw, não designa a soma de discriminações, mas a persistência de assimetrias de poder cruzadas na geopolítica de sociedades pós-coloniais. Deste modo, o grupo de trabalho pretende receber contribuições que se destinem à compreensão do fenômeno da interseccionalidade nas políticas públicas e na administração pública, destacando: os limites das políticas públicas em promover a equidade; a persistência dos preconceitos e discriminações nos serviços públicos; o processo de formulação de políticas públicas com caráter interseccional; a atuação de grupos políticos com foco na interseccionalidade; o processo de formação de agenda de políticas públicas interseccionais; metodologias de avaliação de políticas públicas de caráter interseccional e/ou a partir da perspectiva da interseccionalidade.

GT 14 Estudos teóricos, históricos e comparados em Adm. Pública

Frederico José Lustosa da Costa (UFF)

Mônica Mac-Allister (UFBA)

O tema trata a administração pública como fato social total, estabelecendo conexões entre transformações nos planos econômico, social, político, cultural e institucional, resgatando a memória da trajetória da gestão pública e valorizando estudos comparados. Interessam estudos históricos em administração pública que tratem de: formação brasileira, particularmente do Estado e da administração pública, e de outros países, sobretudo da América Latina; história administrativa; memória da administração pública; trajetória da gestão pública; estudos comparados; história e historiografia em administração pública; estudos comparados em administração pública; fontes para a memória da administração pública; memória da administração pública brasileira; história de vida; homens de estado; administração pública na América Latina; administração para o desenvolvimento; etc. Interessa também refletir em termos epistemológicos, teóricos e metodológicos sobre estudos históricos em administração pública.

GT 15 Casos de ensino na Adm. Pública

Antônio Carlos Brunozi Júnior (UFV)

Vagner Alves Arantes (UFPR)

Valderi de Castro Alcântara (UEMG)

A Administração Pública está consolidada como um campo do conhecimento responsável por formar profissionais de transformação na sociedade. Portanto, cada vez mais, esse GT tem assumido a responsabilidade pelo registro de casos de ensino no Brasil e no mundo. Os docentes e instrutores de formação são, assim, convidados, a trazerem relatos dos mais diversos possíveis para que a comunidade científica e profissional possa conhecer, aprender, e constantemente, reformular suas metodologias para o progresso da formação desses tão importantes profissionais de Administração Pública.

GT 16 - Administração da Justiça e Desafios de Gestão no Poder Judiciário

Luciana Silva Garcia (IDP)

Thaís Amoroso Paschoal (UniPositivo)

Olívia Pessoa (UniPositivo/UFPR)

A proposta de GT abre espaço para trabalhos voltados a discussões contemporâneas sobre o policy process no Poder Judiciário. Pesquisas e análises sobre práticas de gestão que envolvam as etapas de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas no Sistema de Justiça ou que afetem o seu funcionamento constituem a área de interesse do GT. Busca-se, dentre outros temas correlatos, contribuições relativas a acesso à justiça, inovações no Poder Judiciário, iniciativas de desjudicialização, cooperação entre as instituições do sistema de justiça, o papel do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na gestão de processos e no aperfeiçoamento do desempenho dos tribunais. Também são bem-vindos trabalhos que explorem a relação do Judiciário com o Ministério Público, Defensoria Pública e demais Poderes constituídos e as consequências dessa relação sobre o curso das políticas públicas em âmbito federal, estadual ou municipal. Palavras-chaves: Administração da Justiça, Política Pública de Justiça, Acesso à Justiça.

GT 17 - Segurança Pública e Cidadania

Júnia Fátima do Carmo Guerra (UEMG/Faculdade de Políticas Públicas)

Gustavo Tomaz de Almeida (UEMG/ Faculdade de Políticas Públicas)

Francis Albert Cotta Formiga (Instituto de Educação Superior Latino Americano)

O Grupo de Trabalho propõe debater temas e fenômenos acerca da segurança pública e cidadania com o objetivo de ampliar e fomentar as discussões dessa área a partir de uma interlocução interdisciplinar, com foco na promoção da justiça, cidadania e direitos humanos no Brasil. Para tanto, anseia-se por pesquisas que abordem questões relacionadas à gestão e às estruturas das organizações dos agentes de segurança; interfaces entre Estado, sociedade e polícia; diversidade como fenômeno sociocultural, cidadania, direitos humanos e segurança pública; políticas de segurança pública e grupos vulneráveis; modelos de gestão de segurança pública. Além disso, espera-se receber contribuições de estudos sobre a prevenção e o controle da criminalidade na sociedade contemporânea. Também se preocupa com a arquitetura institucional da Segurança Pública e do Sistema Prisional e seus desdobramentos no fenômeno da criminalidade, bem como investigações sobre o estado da arte deste campo de conhecimento.

GT 18 - Performance dos governos subnacionais e locais na administração pública

Marco Antonio Catussi Paschoalotto (FGV/EAESP/DRCLAS-Havard)

Tamiris Cristhina Resende (UFJF)

Claudia Souza Passador (FEA/RP-USP)

O objetivo deste grupo de trabalho é acolher estudos vinculados à performance dos governos subnacionais e locais a nível nacional e internacional. Esta área inclui estudos sobre a eficiência, eficácia e efetividade das ações e programas realizados por entes subnacionais, regionais e locais da administração pública. Para tanto, são aceitos estudos de caráter qualitativos e quantitativos, e encorajados estudos de caráter misto. Este tema tem como base estudos publicados nos principais journals americanos, europeus e brasileiros, que avaliam a performance dos governos subnacionais e locais. Vale ressaltar que para este ano, está temática acolherá, especialmente, estudos de performance das respostas dos governos subnacionais e locais frente à pandemia Covid-19.

GT 19 - Gestão da Comunicação Pública

Jorge Antônio Menna Duarte

Kárita Emanuelle Ribeiro Sena (ABC Pública)

Leandro Peters Heringer

O Grupo de Trabalho em Gestão da Comunicação Pública tem como finalidade abordar percepções e práticas de comunicação para a promoção da cidadania e para a legitimação das instituições e dos serviços da

Administração Pública. No atual contexto, temas que abordagem: a população como demandante de políticas públicas de comunicação; o relacionamento entre o poder público e a população; gestão dos departamentos de comunicação; o impacto do envolvimento do cidadão nos processos de debate e deliberação de políticas públicas não apenas na construção da cidadania e no fortalecimento de democracia, como também na imagem e no reconhecimento da relevância dessa instituição na sociedade; a legitimação das ações e políticas públicas pelo cidadão/eleitor/financiador dessas ações e políticas contexto da comunicação pública e seus desafios na contemporaneidade.

GT 20 - Gestão de Crises na Administração Pública

Antonio Gasparetto Júnior (UFJF)

Iracema Campos Cusati (UPE)

Júlio Cândido de Meirelles Júnior (UFF)

A partir de uma perspectiva dialógica, o Grupo de Trabalho tem como objetivo explorar estudos e análises que abordem concepções teóricas, metodológicas e práticas sobre a ação pública em contextos de graves crises e de emergências. Considera-se como gerenciamento de crises o planejamento e o processo com a perspectiva de antecipação de problemas e de mitigação dos danos. Assim, o Grupo de Trabalho pretende apresentar, estimular e discutir pesquisas que contemplem as políticas, os programas e os projetos de atores estatais e não estatais e suas implicações para ações emergenciais na Administração Pública. Serão aceitos trabalhos de diferentes matrizes teóricas e metodológicas e de diferentes recortes territoriais e temporais.

GT 21 – Gestão de Cidades Inteligentes e Sustentáveis

Monique Menezes (UFPI)

Gesner Oliveira (FGV-EAESP)

Erick Elycio Reis Amorim (FGV-EBAPE)

As cidades são o epicentro da vida humana, lócus do capital financeiro e humano. Serão também o destino de 2/3 da população mundial até 2050 as mudanças climáticas terão mais efeito. Para mitigar esses efeitos em escala global é necessário discutir a sustentabilidade de dentro das cidades. Esse GT busca receber trabalhos que estudem o papel do setor público (diretamente, por regulação ou em parceria com o privado) em soluções tecnológicas ou gerenciais que visem implementar políticas públicas que resultem em redução de emissão de carbono. Como exemplos podemos citar intervenções de mobilidade urbana, descarbonização da indústria civil, saneamento ambiental, adensamento urbano, energia renováveis ou laboratórios urbanos vivos. Embora o foco sejam as disciplinas do campo de públicas, almejamos a multidisciplinaridade dos referenciais teóricos e métodos de pesquisa, uma vez que a gestão de cidades é tema de quase todas as áreas das ciências. Estudos de caso também são bem-vindos.

GT 22 - Experiências e desafios da Inteligência Artificial no Setor Público

Tainá Aguiar Junquillo (IDP)

Gelson Silva Junquillo (UFES)

Fernando Filgueiras (UFG)

Tendo em vista a emergência da aplicação de Inteligência Artificial em diversos âmbitos da Administração Pública, este Grupo de Trabalho busca conhecer experiências de aplicação da Inteligência Artificial nesse campo, por meio de projetos implantados ou em implantação que busquem a melhoria da efetividade na prestação de serviços. Além disso, incentiva o debate de aspectos críticos relacionados a desafios éticos do uso de IA na administração pública, tendo como parâmetro direitos fundamentais dos cidadãos.

GT 23 – Experiências na Administração Pública: diálogos entre Acadêmicos e Práticos

Temístocles Murilo de Oliveira Júnior (UFRJ)

Marcus Vinicius de Azevedo Braga (Instituto de Estudos em Saúde Coletiva)

Daniel Matos Caldeira (Universidade de Lisboa)

A Administração Pública representa um campo disciplinar que congrega conhecimento e execução, pesquisa e aplicação, acadêmicos e práticos. Há certo consenso de que a integração entre a pesquisadores e

profissionais traz avanços à administração pública e às políticas públicas, bem como de que esta integração é complexa e sensível, sendo atravessada por diversos desafios. Este grupo de trabalho visa provocar o adensamento do debate sobre este tema que é central à finalidade da própria SBAP, no caso, o desenvolvimento da Administração Pública enquanto disciplina autônoma que congrega pesquisadores e profissionais. Convidamos acadêmicos e práticos a submeterem tanto relatos técnicos sobre experiências exitosas ou fracassadas que promoveram ou dependeram desta interação quanto artigos que abordem e permitam o aprofundamento teórico e teórico-empírico sobre o tema.

GT 24 – Fazer Científico no Campo de Públicas: a tríade Universidade-Governo-Sociedade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão

Gustavo Costa de Souza (ANEPECP/UFRJ)

Carolina Andion (ANEPECP/UDESC)

Danilo José Alano Melo (UDESC)

Este GT tem como objetivo promover debates, trocas e aprendizagens sobre as experiências advindas da articulação universidade-governos-sociedade nas atividades acadêmicas de ensino-pesquisa-extensão para tratar dos problemas públicos e fortalecer a democracia. No Campo de Públicas, os cursos de graduação e pós-graduação envidam esforços cooperativos, articulam espaços e constroem redes para, por uma via, compreender e responder aos dilemas e as demandas sociais insurgentes nas regiões, territórios e nas comunidades nas quais se inserem; e, por outra, promover uma articulação entre ensino, pesquisa e extensão transformadora, capaz de fortalecer uma ciência da ação pública implicada e aplicada que faça diferença nessas realidades. Nesse sentido, esse GT espera receber artigos e/ou relatos que discutam práticas e reflexões sobre a integração entre ensino, pesquisa e extensão no Campo de Públicas orientada aos problemas de natureza pública e que reflitam a crise democrática no Brasil e no mundo a partir de ações interativas entre Universidade, Estado e Sociedade.

3 CRONOGRAMA

Quadro 02 – Cronograma Geral

Período	Evento
11/04/2022	Divulgação do Edital do IX EBAP
11/04 a 20/04/22	Recebimento de propostas para novos GTs.
27/04/22	Divulgação dos novos GTs
27/04 a 10/07/22	Período para submissão de trabalhos e relatos técnicos para os GTs
27/04/22	Abertura de inscrições para o evento
04/07 a 01/08/22	Prazo para avaliação dos trabalhos submetidos
05/08/22	Divulgação dos trabalhos aprovados
19/09/22	Encerramento de inscrição para autores com trabalhos aprovados
20/09/22	Divulgação da programação definitiva
26/09/22	Último dia para inscrições
05 a 07/10/22	Realização do IX EBAP

4. DIRETRIZES BÁSICAS PARA SUBMISSÃO

4.1. Serão aceitos dois tipos de submissões: artigos científicos e relatos técnicos. As duas modalidades encontram-se descritas com detalhes nos apêndices desta chamada e podem ser feitas em qualquer um dos GTs que fizerem parte do evento

4.2. As propostas devem ser submetidas pelo site: <https://sbap.org.br/ebap2022>

- 4.3. Os proponentes deverão enviar textos completos, em formato PDF, conforme as regras de formatação descritas nos apêndices.
- 4.4. Os textos submetidos devem se limitar a 15 (páginas), e sem nenhum tipo de identificação dos autores no texto.
- 4.5. O período de submissão é de 22 de abril a 01 de julho de 2022, e a divulgação dos trabalhos aceitos será no dia 05 de agosto de 2022.
- 4.6. Para que os trabalhos completos sejam publicados nos Anais, é necessário que pelo menos um dos autores esteja inscrito no evento e tenha efetivado o pagamento da inscrição até o dia 19 de setembro de 2022.
- 4.7. Serão aceitos trabalhos escritos em português, inglês ou espanhol, de acordo com as especificações (Apêndice A e B).
- 4.8. Serão aceitos até 05 (cinco) autores por trabalho (artigos e relatos técnicos). E, na condição de autor ou coautor, cada proponente poderá submeter até 03 (três) trabalhos.
- 4.9. Os autores e coautores que submetem a esta conferência concordam com a seguinte declaração:

DECLARAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Declaro ciência e concordância com os termos seguintes:

- a) Autores mantêm os direitos autorais sobre o trabalho, permitindo à conferência colocá-lo sob uma licença *Creative Commons Attribution*, que permite livremente a outros acessar, usar e compartilhar o trabalho com o crédito de autoria e apresentação inicial no IX EBAP/SBAP – 2022
- b) Autores podem renunciar aos termos da licença *Creative Commons Attribution* e definir contratos adicionais para a distribuição não exclusiva e subsequente publicação deste trabalho (ex.: publicar uma versão atualizada em um periódico, disponibilizar em repositório institucional, ou publicá-lo em livro), com o crédito de autoria e apresentação inicial do IX EBAP/SBAP – 2022.
- c) Autores podem publicar e compartilhar seus trabalhos online (ex.: em repositório institucional ou em sua página pessoal) a qualquer momento antes e depois da conferência, desde que referenciando a publicação nos anais do IX EBAP/SBAP – 2022.

5. AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS

- 5.1 Cada GT possui avaliadores que realizarão o parecer entre os dias 04 de julho a 01 de agosto de 2022.
- 5.2 A avaliação é cega por pares (*double blindreview*), logo, os avaliadores não terão informações sobre autoria dos trabalhos e utilizarão um formulário de avaliação próprio. Em caso de discrepância entre os dois avaliadores, um terceiro avaliador será designado para definir o parecer.
- 5.3 Os avaliadores poderão emitir três tipos de pareceres:
- Aprovar;
 - Aprovar em caso de baixo nº de submissões;
 - Aprovar para outro GT (indicar o GT);
 - Rejeitar.

5.4 No dia 05 de agosto será divulgada a relação dos trabalhos aprovados.

5.5 Os artigos científicos serão avaliados conforme os seguintes critérios:

- a) RELEVÂNCIA DO ARTIGO - Contribui para o conhecimento na área de Administração Pública. Apresenta novidade ou relevância científica (tema, teoria, método, resultado). O objetivo do estudo está exposto com clareza.
- b) REFERÊNCIAS TEÓRICAS - Refletem o estado da arte sobre o objeto da investigação. Suportam o conhecimento científico no âmbito do artigo. Guardam relação lógica com os resultados do artigo. São aderentes às conclusões.
- c) MÉTODO - Está claramente definido e consistente com o(s) objetivo(s) do artigo. Coadunam com as referências teóricas utilizadas. Está bem exposto e devidamente utilizado, considerando os resultados obtidos.
- d) ANÁLISES - São apresentadas de forma clara e objetiva. A interpretação dos resultados está correta, ou quando em ensaio teórico, há uma articulação profícua entre as teorias trabalhadas. Adicionam conhecimento novo ou relevante à temática em investigação.
- e) CONCLUSÃO - Está fundamentada coerentemente no referencial teórico. Estão baseadas nos resultados encontrados, ou quando em ensaio teórico, nas teorias abordadas. Está exposta de forma clara e objetiva.

5.6 Para avaliação dos relatos técnicos será formada uma equipe de avaliadores transversal aos GTs composta por especialistas em avaliação de trabalhos práticos e aplicados. Os relatos técnicos serão avaliados conforme os seguintes critérios:

- a) RELEVÂNCIA DO TRABALHO TÉCNICO - Contribui para a prática da gestão pública ou das políticas públicas. - Apresenta relevância ou novidade prática (diagnóstico, análises, soluções, recomendações, aprendizados).
- b) DELIMITAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA - O problema prático (de gestão ou de política pública) está exposto com clareza. Contextualiza a situação problema historicamente ou com relação a outros casos similares. Traz relação da teoria com a prática de gestão de maneira lógica e proveitosa.
- c) RELATO DA EXPERIÊNCIA/INTERVENÇÃO/ANÁLISES - Apresenta o objetivo da política/programa/ação/intervenção. São apresentados os componentes da política/programa/ação/intervenção de forma clara e objetiva. Apresenta interpretação dos resultados de maneira correta e imparcial, evitando adjetivações ou otimismo exagerados com sua própria experiência. Adicionam conhecimento novo ou relevante à prática da gestão.
- d) RECOMENDAÇÕES - Apresenta um fechamento conclusivo coerente com o corpo do relato técnico. Traz orientações práticas para casos similares ou recomendações para tomadores de decisão. Aponta ajustes necessários para a própria prática ou orientações do "o que fazer" e do "como fazer" adaptações de políticas/programas/ações/intervenções em outros contextos.

6. INSCRIÇÕES

Realização:

SBAP
Sociedade Brasileira de Administração Pública

Localização:

FGV EAESP

 Saiba mais em: sbap.org.br

Fundação Getúlio Vargas (FGV- EAESP) São Paulo - SP

6.1 As inscrições estarão abertas de 25 de abril de 2022 a 26 de setembro de 2022 <https://sbap.org.br/ebap2022>. Os valores seguem as informações da tabela abaixo:

Quadro 03 – Valores de Inscrição

Modalidade	Valor
Associados Individuais ou pessoas vinculadas a Associados Institucionais da SBAP	R\$ 145,00
Professores, práticos, pesquisadores	R\$ 290,00
Estudantes pós-graduandos	R\$ 160,00
Estudantes de graduação	R\$ 100,00

6.2 O pagamento da inscrição por professor(a), pesquisador(a) e discente de pós-graduação para o IX EBAP 2022 inclui a **Anuidade da Sociedade Brasileira de Administração Pública referente ao ano de 2022**.

6.3 O pagamento poderá ser realizado por PIX, Transferência Bancária ou Nota de Empenho.

a) PIX:

Chave Manual (CNPJ): 21.876.204/0001-60

Preencher no campo do comentário/descrição: "**EBAP 2022 - [Seu Nome] - [CPF]**".

b) TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA:

Banco do Brasil (001),

Agência 0428-6,

Conta Corrente 89.736-1,

CNPJ 21.876.204/0001-60,

Associação Brasileira de Administração Pública (SBAP)

***** A transferência deve ser originada da conta bancária do participante.**

ATENÇÃO: Guarde o comprovante do PIX ou Transferência Bancária no formato jpg, png ou pdf, pois será necessário enviá-lo no formulário de inscrição. As devoluções ou reembolsos de valores de inscrições são ~~permitidos até o dia 29 de setembro de 2022~~.

c) NOTA DE EMPENHO

Entrar em contato com a Secretaria da SBAP pelo e-mail: secretaria@sbap.org.br

7. APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

7.1 A apresentação do trabalho deverá ser realizada necessariamente por um ou mais dos autores do artigo inscrito no IX EBAP, em formato virtual ou presencial. A troca de modalidade de apresentação será permitida até o dia 30 de setembro de 2022.

7.2 A apresentação deve ser realizada em até **15 minutos**. Recomenda-se o cumprimento preciso do tempo para não prejudicar os demais autores e, nem tampouco, a avaliação dos debatedores.

7.3 O *template* para *slides* estará disponível em <https://sbap.org.br/ebap2022>

8. PREMIAÇÕES

8.1 O IX Encontro Brasileiro de Administração Pública premiará os melhores trabalhos acadêmicos submetidos ao evento. Para tanto, serão consideradas as seguintes categorias de prêmios:

- a) Melhor artigo por Grupo de Trabalho (GT): artigo selecionado pela coordenação dos Grupos de Trabalho, entre os melhores de cada GT;
- b) Melhor relato técnico por Grupo de Trabalho (GT): relato técnico selecionado pela Comissão de avaliação de relatos técnicos, entre os melhores de cada GT;
- c) Melhor artigo e melhor relato técnico do IX Encontro Nacional de Administração Pública: trabalhos selecionados pelo Comitê Científico, entre os premiados como os melhores artigos científicos e relatos técnicos de cada GT. Além dos trabalhos, o IX Encontro Brasileiro de Administração Pública, homenageará um acadêmico e um profissional com relevantes serviços prestados à área de Administração pública no Brasil.

9. PUBLICAÇÃO EM ANAIS

9.1 O IX Encontro Brasileiro de Administração Pública publicará digitalmente, nos anais do evento, todos os artigos e relatos técnicos aprovados e apresentados nos Grupos de Trabalho. Os anais do evento serão distribuídos sob licença *Creative Commons* e serão identificados por meio de registro no ISSN: 2594-5688.

9.2 Trabalhos aprovados, mas não apresentados no IX EBAP não serão publicados nos Anais do evento.

10. CERTIFICADOS

10.1 A organização do evento disponibilizará em até 7 (sete) dias após o encerramento do evento os certificados digitais de apresentação de trabalhos, participação no evento, avaliação de artigos, entre outros certificados para as atividades que compõem o IX EBAP. O canal de atendimento o e-mail secretaria@sbap.org.br.

Recomenda-se que se mantenha informado pelo site: <https://sbap.org.br/ebap2022>

APÊNDICE A – *Template para Artigo*

Título do trabalho (escreva aqui o título do trabalho)

Resumo:

O texto deve ter entre dez e doze linhas, escrito em fonte Times New Roman, tamanho 10 e com entrelinhas simples. O resumo deve ter uma extensão mínima de 100 e máxima de 150 palavras. No texto, é necessário explicitar o objeto de estudo, objetivos, metodologia e os principais resultados da pesquisa.

Palavras-chave: entre três e cinco palavras separadas por ponto.

Introdução:

O corpo do trabalho deve ser escrito em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1,5. Extensão máxima de 15 páginas, incluindo quadros, gráficos e imagens. O artigo necessita estar organizado em diferentes partes com ao menos uma introdução, uma ou duas partes destinadas à discussão de ideias ou do objeto de estudo, métodos, descrição e discussão dos resultados, conclusões e referências. Na introdução, é essencial a apresentação do objeto de estudo, dos objetivos, da metodologia aplicada (se cabível) no caso de pesquisa empírica ou as obras de referência utilizadas no caso de trabalho teórico.

Parte 1. Título

O corpo do trabalho deve ter ao menos uma parte destinada à discussão do problema de pesquisa, das descobertas da investigação ou das ideias apresentadas. As citações seguem o formato ABNT e de até três linhas devem ser incluídas no corpo do texto entre aspas. Para as citações com mais de três linhas, o texto necessita ser escrito em tamanho 10, com entrelinhas simples e alinhado à direita como segue:

La agudización de conflictos fronterizos y migratorios en los años recientes pone en evidencia los dilemas culturales irresueltos; por ejemplo, la integración multiétnica, la coexistencia de nuevos migrantes con residentes antiguos, y el reconocimiento pleno de los derechos de las minorías y de las regiones dentro de cada país. (GARCÍA CANCLINI, 1997, p. 46).

Parte 2. Título

Cabe a cada autor definir a forma de organização do trabalho, porém, é importante que se respeite a estrutura de artigos científicos. Tabelas e gráficos devem ser incluídos no corpo do trabalho e numerados. As notas de pé de página devem ser evitadas para mencionar referências bibliográficas e quando necessárias devem ser escritas em tamanho 10, com entrelinhas simples. Recomenda-se que as citações em línguas estrangeiras no corpo do trabalho que não estejam em português devem ser traduzidas para o português em notas de pé de página.

Conclusões

Realização:

SBAP
Sociedade Brasileira de Administração Pública

Saiba mais em: sbap.org.br

Localização:

FGV EAESP

Fundação Getúlio Vargas (FGV - EAESP) São Paulo - SP

Nas conclusões, é essencial que o autor apresenta os principais resultados da pesquisa e identifique aspectos que são fundamentais para o desenvolvimento da temática em estudos futuros. Importante destacar as contribuições e avanços para a área temática do grupo de trabalho e/ou de forma mais ampla para a Administração Pública, relacionando com o seu potencial público-alvo.

Agradecimentos

Item opcional, para agradecimentos institucionais, especialmente, para agências de fomento e financiamento aos trabalhos científicos e técnicos.

Referências: Normas ABNT

APÊNDICE B – Template para Relato Técnico

Título do relato técnico (escreva aqui o título do trabalho)

Resumo:

O texto deve ter entre dez e doze linhas, escrito em fonte Times New Roman, tamanho 10 e com entrelinhas simples. O resumo deve ter uma extensão mínima de 100 e máxima de 150 palavras. No texto, é necessário explicitar o problema público, o objetivo da política/programa/ação/intervenção, os resultados da experiência/formulação/implementação e as principais recomendações práticas. Palavras-chave: entre três e cinco palavras separadas por ponto.

Orientações gerais de conteúdo do Relato Técnico:

Relato Técnico é um formato de comunicação escrita que tem por objetivo facilitar o diálogo técnico-científico entre *práticos* e acadêmicos que atuam na área de Administração Pública. O Relato Técnico é formato adequado para aqueles que querem comunicar uma experiência de mudança organizacional, processo decisório, avaliação ou análise prescritiva de política pública, proposta de intervenção governamental ou um caso de governança de atores na esfera pública. O Relato Técnico deve gerar aprendizado para a melhoria prática da Administração Pública, suas políticas, instituições e a governança pública. O relato técnico necessita estar organizado em algumas seções:

Introdução: contexto e antecedentes político-administrativos, diagnóstico do problema público, objetivo da política/programa/ação/intervenção;

Corpo do trabalho: relato da experiência ou construção do processo decisório ou estruturação da proposta de política/programa/ação/intervenção ou resultados de processo avaliativo, metodologia adotada para implementação/avaliação, fatores críticos de sucesso ou insucesso, aprendizados, recursos financeiros-orçamentários, aspectos políticos, aspectos técnicos, aspectos administrativos, aspectos jurídicos **Recomendações:** orientações práticas para casos similares, recomendações para tomador de decisão, ajustes necessários, orientações para a adaptação de políticas/programas/ações/intervenções em outros contextos, etc.;

Referências: lista de documentos, relatórios, regulamentações, bibliografia e demais referências que foram citadas no Relato Técnico. Utiliza-se normatização ABNT.

Outras seções do relato técnico podem ser criadas, conforme necessidade.

Os títulos das seções devem ser customizados para retratar sinteticamente o seu conteúdo.

- Fonte: Times New Roman • Tamanho: 12
- Espaçamento entre linhas: 1,5 ponto.
- Número total de páginas: 10 (máximo), incluindo texto, quadros, gráficos e referências.15
- As citações seguem o formato ABNT e de até três linhas devem ser incluídas no corpo do texto entre aspas. Para as citações com mais de três linhas, o texto necessita ser escrito em tamanho 10, com entrelinhas simples e alinhado à direita como segue:

La agudización de conflictos fronterizos y migratorios en los años recientes pone en evidencia los dilemas culturales irresueltos; por ejemplo, la integración multiétnica, la coexistencia de nuevos migrantes con residentes antiguos, y el reconocimiento pleno de los derechos de las minorías y de las regiones dentro de cada país. (GARCÍA CANCLINI, 1997, p. 46).

- Tabelas e gráficos devem ser incluídos no corpo do trabalho e numerados. As notas de pé de página devem ser evitadas para mencionar referências bibliográficas e quando necessárias devem ser escritas em tamanho 10, com entrelinhas simples.
- Recomenda-se que as citações em línguas estrangeiras no corpo do trabalho que não estejam em português devem ser traduzidas para o português em notas de pé de página.

APÊNDICE C – Template para Casos de Ensino

Título do Casos de Ensino (escreva aqui o título do trabalho)

Resumo:

O texto deve ter entre dez e doze linhas, escrito em fonte Times New Roman, tamanho 10 e com entrelinhas simples. O resumo deve ter uma extensão mínima de 100 e máxima de 150 palavras.

Palavras-chave: entre três e cinco palavras separadas por ponto.

Orientações gerais:

1. O Caso de Ensino

O caso de ensino deve conter em sua estrutura: Introdução, Contexto do Caso, Dilema do Caso, Encerramento do Caso, Anexos ou Apêndices.

2. Notas de Ensino

Objetiva referenciar os educadores no processo de ensino. Importante que as notas de Ensino contenham os elementos: Objetivos Educacionais, Fonte de dados, Proposição de Análise e Questões para Discussão e Plano de Ensino.

3. Referências bibliográficas

Normas ABNT.